


Biênio 24/26

RELATÓRIO 1 ANO DE GESTÃO

1ª Vice-Presidência
Tribunal de Justiça de Minas Gerais

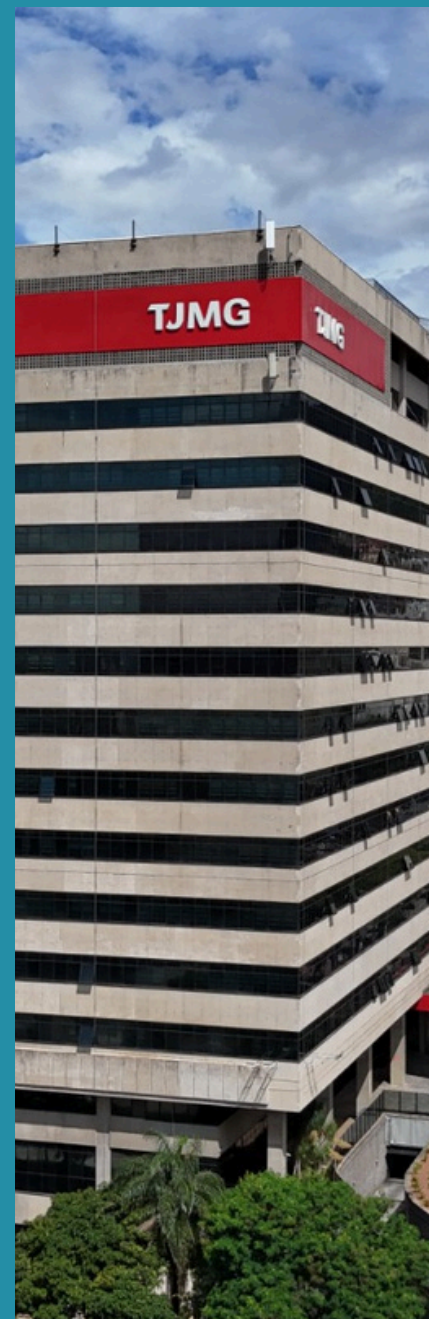
*Desembargador Marcos Lincoln dos Santos
1º vice-presidente do TJMG*

TJMG



Sumário

Palavra do 1º Vice-Presidente	01
Diálogo, inovação e governança	02
1. Modernização da Gestão Processual e Redução do Acervo	03
2. Capacitação Contínua e Projeto 1ª Vice SOMA	04
3. Precedentes Qualificados e Gestão da Litigância	06
4. Conciliações e Desjudicialização	14
5. Inovação e Eficiência Administrativa	16
6. Sustentabilidade e Otimização de Recursos	17
7. Diálogo e Gestão Participativa	18
8. Novos Critérios de Distribuição Processual	21



1ª Vice-Presidência Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Desembargador Marcos Lincoln dos Santos
1º vice-presidente

Desembargador Habib Felipe Jabour
Superintendente adjunto da Superintendência Judiciária

Marcelo Paulo Salgado
Juiz auxiliar da 1ª Vice-Presidência

Roberta Inácio Maia
Assessora-chefe
Assessoria da 1ª Vice-Presidência
(1ª Asvip)

Camila Barbosa Santos de Noronha
Assessora-chefe
Gabinete da 1ª Vice-Presidência
(1ª Gavip)

Elaine Batista Costa Souza
Diretora
Secretaria de Padronização e
Acompanhamento da Gestão
Judiciária
(Sepad)

Elena Costa de Oliveira Vidigal
Diretora executiva
Diretoria Executiva de Suporte à Prestação
Jurisdicional
(Dirsup)

Daniel Geraldo Oliveira Santos
Gerente
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes
e Ações Coletivas (Nugepnac)

Douglas Corgosinho
Gerente
Gerência de Processamento Inicial
(Geproc)

Marcos Rodrigues Borges
Gerente
Centro de Informações de Resultados
da Prestação Jurisdicional na 2ª
Instância
(Ceinjur)

Vanessa Macedo de Pinho Tavares
Gerente
Gerência de Acompanhamento e Suporte
Processual
(Geasp)

Rafaella Rocha da Costa Assunção
Gerente
Gerência de Acompanhamento da
Litigância em 2ª Instância, de Apoio à
Gestão de Gabinetes e de Registro de
Julgamentos
(Geag)

**Margarete Gandra
Almeida/Patrícia Costa Mendes**
Gerente
Centro de Padronização da
Prestação Jurisdicional na 2ª
Instância
(Cepajur)

Gilberto Miranda Barbosa Júnior
Gerente
Centro de Suporte Técnico ao Processo
Judicial Eletrônico e demais Sistemas
Eletrônicos de 2ª Instância
(Cesupe)

PALAVRA DO 1º VICE-PRESIDENTE



DESEMBARGADOR MARCOS LINCOLN DOS SANTOS

Em atenção ao nosso compromisso com a transparência e a prestação de contas à sociedade, apresento com satisfação o relatório de um ano da gestão da 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referente ao biênio 2024/2026.

Este documento é fruto do trabalho coletivo de desembargadores, juízes, servidores e colaboradores comprometidos com a eficiência, a inovação e a transparência na prestação jurisdicional de 2ª instância.

Nosso foco tem sido modernizar fluxos processuais, promover a qualificação contínua das equipes, estimular o uso de tecnologia e fomentar o diálogo institucional. Os resultados aqui registrados refletem avanços concretos na redução de acervos, na valorização das boas práticas e no fortalecimento da governança.

Seguimos convictos de que o aperfeiçoamento da Justiça passa, necessariamente, pela escuta ativa, pela cooperação e pelo compromisso com a cidadania.

Como diz Mário Quintana, “... são os passos que fazem os caminhos!” E, neste percurso, continuaremos a avançar.



DIÁLOGO, INOVAÇÃO E GOVERNANÇA

No primeiro ano de gestão, a 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), sob a liderança do desembargador Marcos Lincoln dos Santos, consolidou importantes avanços na prestação jurisdicional da 2ª Instância, com destaque para o incremento da produtividade, a racionalização de procedimentos e o fortalecimento da governança.

A direção atual investiu no desenvolvimento técnico dos servidores, apoiou a implantação do eproc, promoveu inovações no gerenciamento de dados e adotou uma gestão participativa e transparente.



1. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PROCESSUAL E REDUÇÃO DO ACERVO

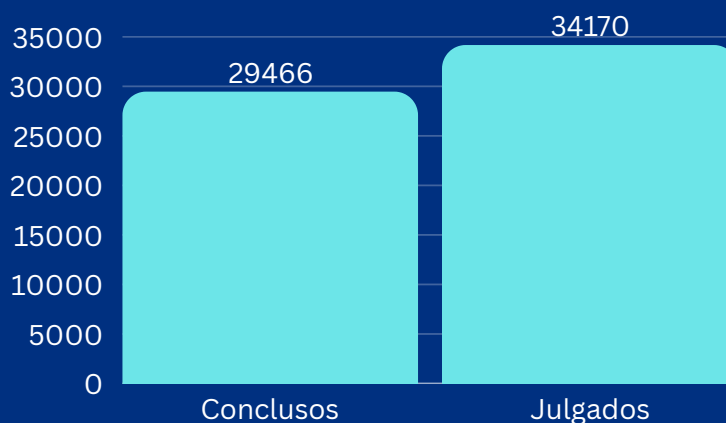
Medidas adotadas resultaram na expressiva redução do acervo de processos relativos a conflitos de competência e admissibilidade recursal, tanto em recursos especiais quanto extraordinários. A maioria dos feitos distribuídos foi julgada, refletindo um elevado índice de eficiência e celeridade.

Com o objetivo de minimizar os conflitos de competência, foi revogada a portaria 50/2023 que vedava o encaminhamento, ainda que por ordem de desembargador, de autos processuais para pesquisa de indícios de prevenção ou finalidades semelhantes.

Na análise da admissibilidade dos recursos, a 1ª Vice-Presidência promoveu a modernização da gestão processual e a reestruturação dos fluxos de trabalho, o que contribuiu decisivamente para o cumprimento integral das Metas 1 e 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), voltadas à redução de acervos e ao julgamento de processos mais antigos.

Meta 1 CNJ

**MAIS
PROCESSOS
JULGADOS
DO QUE
RECEBIDOS**



2. CAPACITAÇÃO CONTÍNUA E PROJETO 1ª VICE SOMA

A capacitação contínua dos servidores da 2ª Instância é prioridade da atual gestão, com foco no aperfeiçoamento gerencial, integração entre gabinetes e cartórios, uso do sistema eproc e de ferramentas de inteligência artificial.

NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025, MAIS DE 260 SERVIDORES DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE SEGUNDO GRAU FORAM CAPACITADOS POR MEIO DO PROGRAMA 1ª VICE SOMA – SUPORTE À ORGANIZAÇÃO, CUMPRIMENTO DE METAS E APERFEIÇOAMENTO GERENCIAL.



GUIA SOMA

Material reúne informações úteis de todas as equipes que desempenham atividades diretamente ligadas à prestação jurisdicional, além das boas práticas de gabinetes e sugestões de fluxos de gestão de gabinetes.

**OS TREINAMENTOS
SOBRE EPROC
SOMARAM 4.600
HORAS E
ENVOLVERAM
CERCA DE MIL
PARTICIPANTES.**

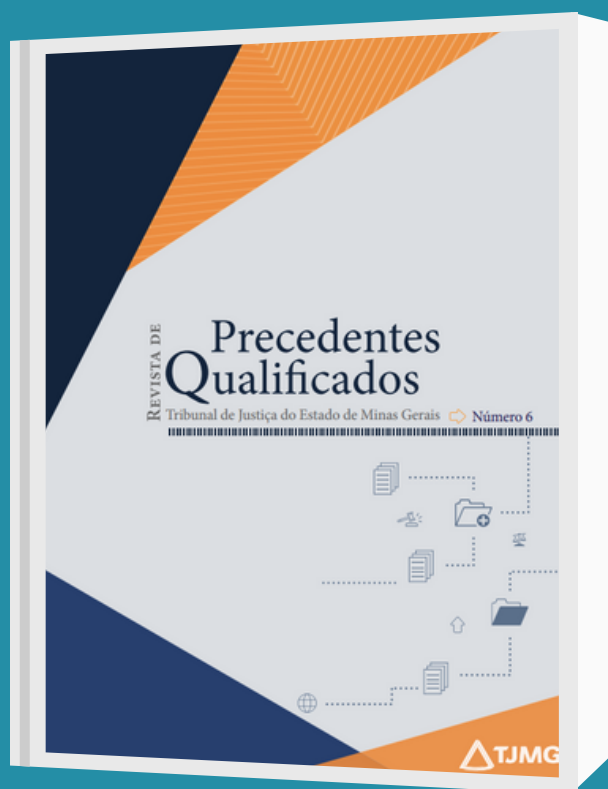


O curso Painéis Táticos fortaleceu o uso de Business Intelligence (BI) no monitoramento das metas institucionais e do CNJ. Também foram realizadas capacitações voltadas à gestão de precedentes, padronização de acórdãos, redação de ementas e sobre uso de Inteligência Artificial no Judiciário.

3. PRECEDENTES QUALIFICADOS E GESTÃO DA LITIGÂNCIA

Com foco em uma prestação jurisdicional mais célere, efetiva e isonômica, a 1ª Vice-Presidência investiu fortemente na promoção da cultura dos precedentes qualificados e no suporte à uniformização da jurisprudência, reafirmando seu compromisso com a racionalização da atividade jurisdicional.

Destaques:





01.

Publicação da 6ª edição da Revista de Precedentes Qualificados;

02.

Lançamento da primeira cartilha sobre Precedentes, com linguagem acessível;

03.

Pesquisas para identificação de processos passíveis de submissão à sistemática dos precedentes;

04.

Disponibilização de um Boletim de Ações Coletivas, com objetivo de prestar informações claras aos magistrados sobre ações coletivas em tramitação, evitando possíveis ocorrências de litispendência e coisa julgada coletiva;

05.

Elaboração de projeto de atualização dos enunciados de súmula criminal, visando ampliar a segurança jurídica das decisões das Câmaras Criminais.



VISITA DA COMITIVA DO TRF1 AO NUGEPNAC

Comitiva formada por representantes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região visitou o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac) para conhecer os procedimentos adotados pelo setor.

A proposta da visita foi entender o modelo de estrutura de trabalho realizado pela 1ª Vice-Presidência para aplicá-lo na prestação de serviços de precedentes aos tribunais da Corte federal.

A comitiva do TRF1 foi composta pelo juiz federal Clodomir Sebastião Reis, coordenador do Nugepnac; pelo supervisor da Seção de Gerenciamento das Ações Coletivas, Roberto dos Santos Barrense; pelo supervisor da Seção de Apoio Administrativo, Juliano Vasconcelos; e pelo chefe de gabinete do Nugepnac, Ricardo Teixeira Marrara.



COMITIVA DO TJMS CONHECE O TRABALHO DO NUGEPNAC

A 1ª Vice-Presidência recebeu uma comitiva do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), com o objetivo de apresentar a estrutura e as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac). O setor é considerado referência nacional, resultado de um trabalho técnico, inovador e comprometido com a uniformização da jurisprudência e a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

O grupo do TJMS foi composto pelo vice-presidente da Corte sul-matogrossense, desembargador Fernando Mauro Marinho, pela juíza auxiliar da Vice-Presidência, Ellen Priscile Evangelista Xandu, os assessores, Gisely Ortiz e João Carlos Lima de Oliveira, e a servidora do Nugepnac Layla Cristina La Picirelli de Arruda .

TUJURIS

A 1ª Vice também passou a prestar suporte técnico à Turma de Uniformização de Jurisprudência (TuJuris) dos Juizados Especiais, fortalecendo o papel institucional do TJMG na formação de entendimentos consolidados.



Foi publicada a Portaria Conjunta nº 1.673/PR/2025, que formalizou o fluxo de trabalho entre a Gerência de Acompanhamento da Litigância em 2ª Instância, de Apoio à Gestão de Gabinetes e de Registro de Julgamentos (GEAG), o Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais (CIJMG) e o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (NUMOPEDE) relacionados ao monitoramento do perfil de demandas, objetivando o aprimoramento da gestão da litigância, importante ferramenta de contribuição efetiva para a racionalização da prestação jurisdicional e para a preservação da legitimidade do acesso ao sistema de justiça, em consonância com a Recomendação 127/2020 do Conselho Nacional de Justiça e a Diretriz Estratégica nº 6 da Corregedoria Nacional de Justiça.

PROJETO FORTALECE APLICAÇÃO DE PRECEDENTES QUALIFICADOS NO TJMG

Com o objetivo de aprimorar a formação e a aplicação de precedentes qualificados locais, a 1ª Vice-Presidência implementou o **Projeto de Aperfeiçoamento na Formação de Precedentes**. A iniciativa foca nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs), de competência das Seções Cíveis da Corte mineira.

A proposta prevê o oferecimento de suporte técnico especializado e treinamento direcionado para assessores de desembargadores, visando ao correto tratamento e à sistematização dos precedentes.

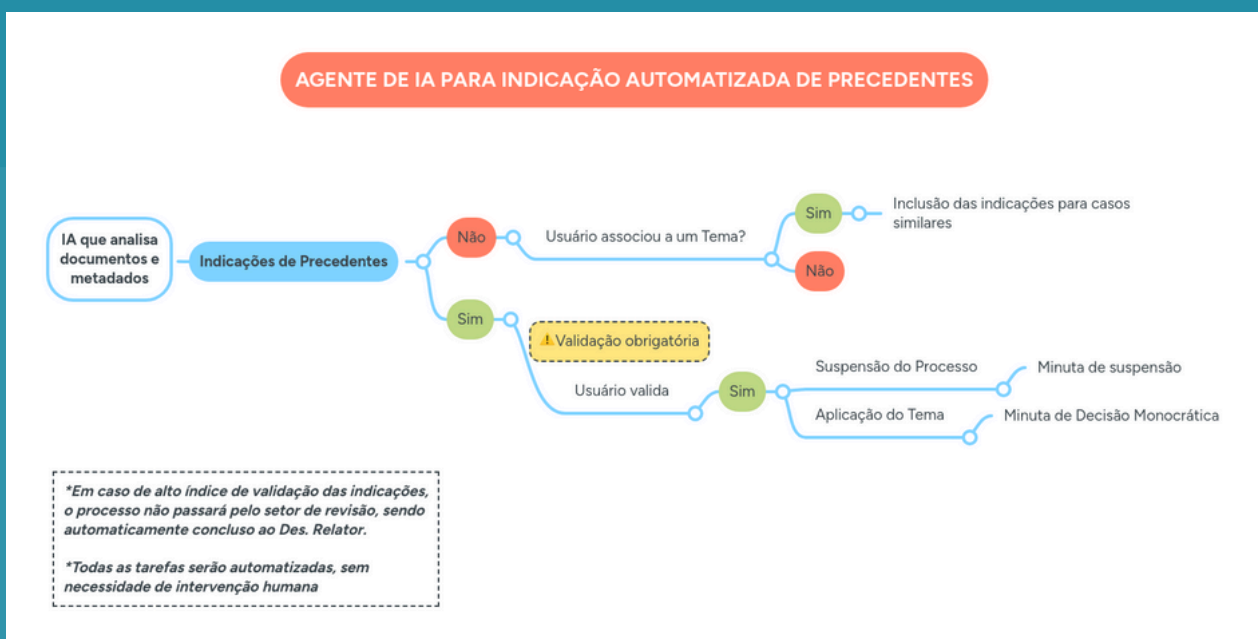
O projeto busca fortalecer a segurança jurídica, garantir isonomia nas decisões judiciais, aumentar a previsibilidade e coerência dos entendimentos firmados e agilizar a prestação jurisdicional, contribuindo para a unidade e integridade do sistema de justiça.



PROJETO-PILOTO ANALISA PRESSUPOSTOS RECURSAIS E APLICAÇÃO DE PRECEDENTES QUALIFICADOS



Com o intuito de adaptar o Regimento Interno às novas exigências do sistema de processo judicial eletrônico (eproc), a 1ª Vice-Presidência deu início a um projeto-piloto voltado à verificação dos pressupostos recursais extrínsecos e à indicação de precedentes qualificados formados ou em formação que potencialmente possam ser aplicados aos processos que chegam à segunda instância.



A iniciativa decorre da proposta de alteração regimental e tem como foco otimizar o trâmite recursal, proporcionando mais segurança jurídica, celeridade e uniformidade às decisões.

A expectativa é que, ao reconhecer previamente os requisitos extrínsecos e os entendimentos firmados, o Tribunal possa qualificar a admissibilidade dos recursos e promover maior eficiência na prestação jurisdicional.



4. Conciliações e Desjudicialização

Em articulação com o Governo de Minas e o Ministério Público, a 1ª Vice viabilizou a resolução de litígios antigos e de grande impacto social, especialmente na área da saúde:

Firmada a cooperação técnica entre a 1ª Vice-Presidência e o Estado de Minas Gerais, por meio da Advocacia Geral do Estado, com vistas à desjudicialização de processos referentes ao fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde, após o julgamento dos Temas 793 e 1.234 do Supremo Tribunal Federal.

Foram analisados 1.282 recursos vinculados ao Tema 1234 do Supremo Tribunal Federal no estreito período decorrido entre maio e julho de 2025, tendo sido homologadas 1.070 desistências manifestadas em recursos especiais e extraordinários interpostos pelo Estado de Minas Gerais.



Pacto entre Copasa e condomínios residenciais, solucionando controvérsias sobre tarifas em empreendimentos com hidrômetro único;

Acordo entre o Estado e o MP/MG, encerrando ação civil pública de 2012 e garantindo políticas de saúde para 51 municípios da Macrorregião Leste;

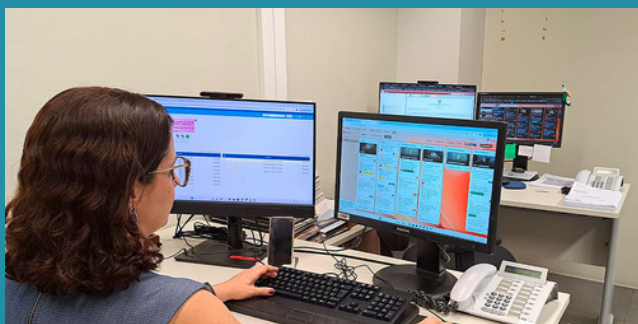


5. Inovação e Eficiência Administrativa

A gestão implementou soluções inéditas, que aumentaram a transparência e fortaleceram a eficiência operacional da 1ª Vice-Presidência:



Implantação do sistema Push da 1ª Vice, com robôs para envio automatizado de dados e notificações para tomadas de decisões e avaliações de desempenho das áreas monitoradas pelos gestores;



Adoção da metodologia ágil de gestão de projetos Kanban pela Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional (Dirsup);



Desativação do link de emissão de guias de custas desvinculadas de processo, como medida antifraude;

Desenvolvimento de funcionalidade para simulação de custas processuais no Guias Web da 2ª Instância;



Regulamentação do teletrabalho por meio da Portaria 95/2024, uniformizando assim as regras na Sejud com as dos demais setores do TJMG.

6. SUSTENTABILIDADE E OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS

A realocação de colaboradores terceirizados para o Núcleo de Virtualização (Nuvir) e para o projeto de digitalização de inquéritos gerou economia institucional e melhor aproveitamento dos recursos humanos.

A atuação da Dirsup também viabilizou a atualização da tabela de custas e o aperfeiçoamento de mecanismos de controle, promovendo aumento de arrecadação e segurança jurídica.

A Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária (Sepad) apoiou a instalação de Núcleos de Justiça 4.0 na 2ª Instância do TJMG, com o remanejamento de servidores e preparação da estrutura física dos novos cartórios, que já estão em operação.

7. DIÁLOGO E GESTÃO PARTICIPATIVA

A gestão participativa envolve desembargadores e servidores nas decisões estratégicas. Comissões foram criadas para aprimorar o diálogo entre setores da 2ª Instância e a 1ª Vice:



Comissão de Gestores Cartorários, voltada à representação dos interesses dos servidores da 2ª Instância e à construção conjunta de soluções para o aprimoramento da administração cartorária;

Comitê de Desembargadores, para aperfeiçoar o processo decisório e fortalecer a governança institucional.

Foram realizadas ainda reuniões presenciais com magistrados para esclarecer dúvidas e colher sugestões para o aprimoramento da distribuição de processos, critérios de prevenção e compensação semestral.

INTEGRAÇÃO, EMPENHO E COMPROMETIMENTO

Um dos pilares da atuação da 1ª Vice-Presidência tem sido o envolvimento direto das diretoras e gerentes nos processos decisórios, com destaque para o diálogo aberto e permanente que se estende aos servidores e colaboradores. Essa abordagem participativa tem se revelado um diferencial na motivação das equipes e na integração entre os setores, fortalecendo o sentimento de unidade que hoje caracteriza a 1ª Vice-Presidência.

A construção de soluções conjuntas e o comprometimento genuíno das equipes têm se revelado fatores determinantes para os resultados positivos alcançados, especialmente na busca por maior eficiência e qualidade na prestação jurisdicional de 2ª instância.



“ RECONHECER A CAPACIDADE E O PODER DAS MULHERES É FUNDAMENTAL PARA PROMOVER A IGUALDADE ”



Em celebração ao Mês da Mulher, o 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Marcos Lincoln dos Santos, participou da abertura da palestra “Sobrecarga mental e a mulher multitarefas”, promovida pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). A conferência foi conduzida pela escritora, colunista e psicóloga Samantha Carvalho.

Durante sua fala, o desembargador destacou a relevância da data e a importância do evento ao tratar de uma temática atual e sensível, que envolve o bem-estar e a valorização da mulher em suas múltiplas jornadas.

“Ser mulher é ser mãe, esposa, profissional e tudo mais que desejar ser. As mulheres sempre se fizeram presentes. E, nos tempos modernos, a força feminina desempenha papel único na sociedade. Reconhecer a capacidade e o poder das mulheres é fundamental para promover a igualdade”, afirmou.



8. Novos Critérios de Distribuição Processual

A Dirsup realizou estudo técnico aprofundado com vistas à reformulação da distribuição de processos, critérios de prevenção e compensação semestral na 2ª Instância, com base em boas práticas de tribunais de grande porte e na experiência com o sistema eproc. O objetivo é assegurar maior equidade, transparência e previsibilidade na distribuição dos feitos.



RELATÓRIO 1 ANO DE GESTÃO 2024 / 2025

1ª Vice-Presidência TJMG

Biênio 2024/2026

Desembargador Marcos Lincoln dos Santos

1º vice-presidente